



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 16, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

23 DE MARÇO DE 2025

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 3 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA. Após a conferência, assinie seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 4 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo e não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo.
- 5 O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados nele contido não corresponderem dos candidatos. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul**. O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 6 O(A) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas objetivas por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início das provas. Quando terminar a prova, deverá assinar a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 7 O tempo disponível para a prova é de **4 (quatro) horas, com início às 15h e término às 19h**, observado o horário de Santarém/PA. O(A) candidato(a) na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 8 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do(a) candidato(a) da sala de prova, para preenchimento do seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na correção.
- 9 Somente será permitido ao(à) candidato(a) levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da prova.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (NÍVEL D)

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 3:

Proposta de redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1 gera debates no Plenário da Câmara

Por Tiago Miranda
(Texto adaptado)

O fim da jornada de seis dias de trabalho para um dia de descanso (6x1) foi defendido em Plenário por deputados da base do governo, mas criticada por parlamentares da oposição, que defenderam a negociação direta entre empregado e empregador.

Atualmente, a Constituição estabelece que a jornada deva ser de até 8 horas diárias e até 44 horas semanais, o que viabiliza o trabalho por seis dias com um dia de descanso.

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que a escala 6x1, no século 21, é muito pesada, injusta e explorativa. "A vida não é só o exercício pesado, cotidiano e necessário do trabalho — que tem que ser remunerado condignamente —, mas também o lazer, a cultura, o descanso", disse.

O deputado Mauricio Marcon (Pode-RS) defendeu que cada pessoa tenha liberdade para trabalhar o quanto quiser e não ficar presa em um sistema de 1940, ao citar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Já o deputado General Girão (PL-RN) afirmou que a solução não deve vir por alteração legal, mas por negociação entre empregador e empregado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/>.
Acesso em: 20 jan. 2025.

- 1** O texto aborda a proposta de mudança na jornada de trabalho 6x1. O principal argumento apresentado pelos parlamentares que defendem o fim dessa escala é:
 - (A)** As condições de trabalho previstas na CLT precisam ser adaptadas às demandas do século 21, permitindo que os trabalhadores tenham maior bem-estar.
 - (B)** A escala 6x1 está alinhada às normas constitucionais e deve ser mantida como está para garantir a estabilidade das relações de trabalho.
 - (C)** A escala 6x1 prejudica o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, comprometendo o lazer, o descanso e a qualidade de vida dos trabalhadores.
 - (D)** A Constituição garante que a jornada seja de até 44 horas semanais, permitindo a organização do trabalho em seis dias com um dia de descanso.
 - (E)** A solução para o problema da escala 6x1 deve partir da negociação direta entre empregadores e trabalhadores, sem necessidade de mudanças legais.

- 2** Considere a passagem do texto: "O fim da jornada de seis dias de trabalho para um dia de descanso (6x1) foi defendido em Plenário por deputados da base do governo, mas criticada por parlamentares da oposição". Qual é a relação entre as palavras "deputados" e "parlamentares" nesse contexto específico?
 - (A)** As palavras estabelecem uma relação de antonímia, já que indicam grupos de posições opostas no debate.
 - (B)** Ambas as palavras são usadas como sinônimos no contexto, referindo-se aos mesmos membros do Poder Legislativo.
 - (C)** A palavra "deputados" indica um grupo restrito, enquanto "parlamentares" se refere a todos os representantes eleitos.
 - (D)** As palavras são usadas para diferenciar os membros do governo e da oposição na Câmara.
 - (E)** A relação entre as palavras é de homonímia, pois apresentam significados completamente distintos no contexto.

- 3** No trecho "A vida não é só o exercício pesado, cotidiano e necessário do trabalho — que tem que ser remunerado condignamente —, mas também o lazer, a cultura, o descanso", os travessões são utilizados para
 - (A)** introduzir uma fala direta atribuída ao deputado, indicando o início e o fim do discurso.
 - (B)** substituir vírgulas em uma enumeração de elementos que compõem as atividades destacadas no texto.
 - (C)** indicar a mudança de um interlocutor durante um diálogo, característica comum em textos narrativos.
 - (D)** isolar um comentário explicativo relacionado ao trecho anterior, destacando-o do restante da frase.
 - (E)** inserir uma expressão de surpresa ou interrupção brusca, típica de textos que apresentam emoções intensas.



Para responder às questões de **4 a 6**, considere o texto abaixo:

Escala 6x1



Fonte: <https://www.brasil247.com/charges/escala-6x1>

- 4** O texto apresentado utiliza linguagem verbal e não verbal para comunicar uma mensagem. Dentre as alternativas a que melhor resume a crítica expressa pelo texto é:
- (A) A carga de trabalho excessiva na escala 6x1 afeta não apenas os trabalhadores, mas também suas famílias, causando cansaço extremo e distanciamento familiar.
 - (B) A escala 6x1 é benéfica para a produtividade dos trabalhadores, apesar de exigir esforço físico e mental.
 - (C) A exaustão retratada na imagem ocorre porque os trabalhadores não têm uma alimentação adequada durante a jornada.
 - (D) A relação entre pais e filhos é prejudicada unicamente por problemas financeiros decorrentes do trabalho.
 - (E) A rotina exaustiva de trabalho prejudica a saúde dos trabalhadores, mas não impacta na convivência familiar.
- 5** O texto apresentado pertence ao gênero charge. Assinale a alternativa que melhor descreve a funcionalidade desse gênero, conforme percebida no texto
- (A) retrata, com humor visual, situações cotidianas, sem apresentar uma crítica social ou abordar temas atuais.
 - (B) desenvolve, em sequência de quadros, uma narrativa com personagens recorrentes e foco em entretenimento.
 - (C) utiliza pequenos quadros sequenciais para provocar reflexões ou humor, sem tratar diretamente de temas críticos ou sociais.
 - (D) expressa ideias e mensagens visuais, muitas vezes em espaços urbanos, utilizando predominantemente elementos gráficos para chamar atenção.
 - (E) faz uso de humor e crítica social para comentar, de forma concisa, um tema contemporâneo percebido no texto, como as condições de trabalho e seu impacto na vida familiar.
- 6** Na frase "A mãe e o pai **apagaram** de novo?", a palavra em destaque é utilizada em sentido conotativo. Qual figura de linguagem está presente nesse uso?
- (A) Antítese
 - (B) Comparação
 - (C) Metáfora
 - (D) Hipérbole
 - (E) Eufemismo



Para responder às questões de **7 a 10**, considere o texto abaixo:

A jornada de trabalho e a saúde do trabalhador

Por Leon Ancillotti
(Texto Adaptado)

A jornada de trabalho está intimamente ligada à saúde e à segurança do trabalhador, pois o excesso ou a irregularidade do tempo de trabalho pode causar danos físicos e psíquicos aos empregados. Estudos apontam que jornadas extenuantes, superiores a dez horas diárias ou cinquenta horas semanais, aumentam os riscos de acidentes, doenças cardiovasculares, distúrbios do sono, estresse, depressão, ansiedade e síndrome de *burnout*. Por isso, é importante que haja um equilíbrio entre a jornada de trabalho e o tempo destinado ao descanso, ao lazer, à educação e à convivência familiar e social.

Diante desse cenário, muitos trabalhadores têm se mobilizado para reivindicar uma jornada de trabalho mais justa e equilibrada, que respeite os seus direitos e as suas necessidades. No TikTok, o movimento Pela Vida Além do Trabalho (VAT) tem ganhado apoio e adesão de milhares de pessoas que trabalham na escala 6x1 ou em outras formas de jornada abusiva.

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/escala-6x1>

- 7** No texto, o autor discute os efeitos de jornadas de trabalho excessivas sobre a saúde dos trabalhadores. Qual alternativa melhor resume a ideia central do texto?
- (A) O excesso de trabalho prejudica apenas a saúde física dos trabalhadores, enquanto a saúde mental permanece preservada.
- (B) A irregularidade e o excesso de trabalho podem causar diversos danos à saúde e comprometer o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.
- (C) A jornada de trabalho deve ser de no máximo dez horas diárias ou cinquenta horas semanais para evitar problemas de saúde.
- (D) Apenas trabalhadores que aderem ao movimento Pela Vida Além do Trabalho (VAT) conseguem manter um equilíbrio entre trabalho e lazer.
- (E) Jornadas abusivas são consequência da escala de trabalho 6x1, que é amplamente utilizada no Brasil.
- 8** No trecho "pois o excesso ou a irregularidade do tempo de trabalho pode causar danos físicos e psíquicos aos empregados", o verbo destacado está no singular porque
- (A) a conjunção "ou" indica exclusão, e o verbo concorda com apenas um dos núcleos do sujeito.
- (B) o sujeito é composto, e o verbo deve concordar com o núcleo mais próximo.
- (C) a concordância está errada, pois o verbo deveria estar no plural.
- (D) o verbo concorda com "trabalho", que é o termo mais próximo.
- (E) o verbo está no singular por uma questão estilística, não gramatical.
- 9** Na seguinte passagem do texto: "Estudos apontam que jornadas extenuantes, superiores a dez horas diárias ou cinquenta horas semanais", há um problema na construção da frase. A alternativa que explica corretamente o motivo desse problema é
- (A) o termo "diárias" deveria ser repetido após "cinquenta horas".
- (B) o verbo "apontam" deveria concordar com "jornadas".
- (C) a expressão "dez horas diárias" deveria ser retirada, pois está repetitiva.
- (D) a preposição "a" deveria estar antes de "cinquenta horas semanais", para manter o paralelismo.
- (E) a conjunção "ou" foi usada de forma errada, e deveria ser substituída por "e".
- 10** No trecho "o tempo destinado ao descanso, ao lazer, à educação e à convivência familiar e social", o uso da crase está relacionado à regência do termo "destinado". Com base nisso, assinale a alternativa correta:
- (A) A crase ocorre antes de "educação" e "convivência" porque esses termos exigem artigo definido feminino e preposição exigida pela regência de "destinado".
- (B) A ausência de crase em "ao descanso" e "ao lazer" ocorre porque "descanso" e "lazer" não exigem preposição.
- (C) A regência de "destinado" não influencia o uso da crase, que ocorre apenas por uma questão estilística.
- (D) A crase é obrigatória em "à educação" e "à convivência" porque todos os termos femininos precisam de crase.
- (E) O uso da crase depende apenas do gênero do substantivo (masculino ou feminino), sendo dispensável em "ao descanso" e "ao lazer" porque são palavras masculinas.



LEGISLAÇÃO (NÍVEL D)

11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), o provimento de cargo público ocorre mediante aprovação em concurso público e depende do atendimento a requisitos básicos como nacionalidade brasileira, quitação com as obrigações eleitorais e militares, entre outros. No que diz respeito ao provimento de cargos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação é a única forma de provimento em cargo público.
 - II. A promoção constitui forma de provimento derivado vertical.
 - III. A readaptação ocorre quando o servidor é reintegrado a um cargo diferente, compatível com sua limitação física ou mental.
 - IV. O aproveitamento ocorre no caso de servidor colocado em disponibilidade.
 - V. A reversão é a reintegração de servidor que havia sido exonerado ou demitido injustamente.
- Estão corretas

- (A) I, III e V, somente.
(B) I, II e III, somente.
(C) II e IV, somente.
(D) III e V, somente.
(E) II, III e IV, somente.

12 A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assegurando direitos aos administrados. Sobre os direitos previstos nesta lei, analise os itens seguintes.

- I. Direito de ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.
 - II. Direito de obter certidões ou cópias de documentos administrativos para defesa de direitos.
 - III. Direito de ter ciência dos prazos previstos para a decisão de seu processo.
 - IV. Direito de requerer revisões automáticas das decisões administrativas.
 - V. Direito de apresentar alegações finais no prazo de cinco dias úteis após conclusão da instrução.
- Estão corretos

- (A) I, II e III, somente.
(B) II, IV e V, somente.
(C) I, III e V, somente.
(D) III, IV e V, somente.
(E) I, II e IV, somente.

13 O cenário de concursos públicos em 2025 promete ser o mais promissor dos últimos anos, com oportunidades em diversas áreas e um número estimado de vagas que pode ultrapassar 100 mil. A projeção é fruto de um levantamento realizado pela Associação de Apoio aos Concursos Públicos e Exames (Aconexa), que aponta uma forte tendência de crescimento no número de seleções em níveis federal, estadual e municipal. Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já prevê 57 mil vagas no âmbito federal, com a possibilidade de criação de mais 5.952 postos. Esse número pode atingir 63.766 servidores apenas no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Fonte: Concursos Públicos devem superar 100 mil vagas em 2025. TVT News, 13 de jan. de 2025.

Disponível em: < <https://tvtnews.com.br/concursos-publicos-100-mil-vagas-em-2025/> >.

Acesso em: 18 de jan. de 2025.

O dispositivo normativo que regula os concursos públicos é o Decreto nº 9.739/2019. Considerando este decreto, analise as afirmativas seguintes.

- I. A realização de concurso público depende de autorização prévia do Ministério da Economia.
- II. É obrigatória a reserva de 25% das vagas oferecidas no concurso para pessoas com deficiência.
- III. O prazo de validade do concurso não pode ser superior a dois anos, admitida prorrogação por igual período.
- IV. É vedada a exigência de experiência profissional para investidura em cargos de nível médio.
- V. O edital do concurso deve ser publicado no Diário Oficial da União com antecedência mínima de 60 dias antes da realização da primeira prova.

Estão corretas

- (A) I, II e III, somente.
(B) I, III e V, somente.
(C) III e IV, somente.
(D) I, II e IV, somente.
(E) I e V, somente.



14 Observe o Gráfico seguinte.



O Projeto Enquete Ética Pública, finalizado no dia 4 de junho de 2021, contou com a participação de mais de 2.500 respondentes e conseguiu atingir o objetivo de promoção da participação dos principais interessados no processo de atualização de normativos éticos a cargo do GT-Ética, contribuindo para a tomada de decisão do Grupo de Trabalho, a partir da captação da percepção, expectativas e anseios dos agentes públicos, sociedade civil e Comissões de Ética Setoriais, conforme os resultados coletados. Por meio das perguntas veiculadas, captou-se a percepção das partes interessadas sobre os temas da atualidade que devem estar contemplados em um provável Código de Ética de servidores públicos. Assim, dentro de uma lista preestabelecida de temas, constou: Ética Digital, Assédios, Condutas esperadas das chefias e Trabalho Remoto recebendo a maior quantidade de votos dos respondentes, conforme se vê no gráfico.

Fonte: GT – Ética Resultados do Projeto Enquete Pública. Gov.br, 17 de jun. de 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/noticias/gt-etica-resultados-do-projeto-enquete-etica-publica>

Acesso em: 21 de dez. de 2024.

Sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal (Decreto nº 1.171/1994, atualizado pelo Decreto nº 6.029/2007), analise as afirmativas seguintes.

- I. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam a necessidade de o esforço pela disciplina ser construído pelo servidor público no desempenho de suas funções.
- II. É proibido ao servidor público receber presentes de valor superior a R\$ 100,00 em razão de suas atribuições.
- III. O servidor público, zelando pela administração pública, poderá omitir ou falsear a verdade para os cidadãos.
- IV. O Código de Ética institui uma comissão responsável por zelar pela conduta ética dos servidores.
- V. A Comissão de Ética, criada para orientar e aconselhar o servidor público sobre a ética profissional, poderá aplicar-lhe a pena de censura, nos casos de transgressões de normas éticas.

Estão corretas

- (A) III e IV, somente.
(B) I, IV e V, somente.
(C) II e III, somente.
(D) I e V, somente.
(E) I, II e IV, somente.



- 15** O Decreto nº 9.739/2019 estabelece medidas para aprimorar a eficiência organizacional da administração pública federal. Sobre o que prescreve este decreto, analise as afirmativas seguintes.
- O Decreto incentiva a digitalização de processos administrativos como medida de eficiência.
 - O planejamento estratégico é obrigatório para órgãos e entidades da administração pública.
 - A ocupação de cargos de direção exige capacitação prévia em gestão pública.
 - O decreto determina a eliminação de funções que estejam ociosas ou duplicadas.
 - A revisão periódica dos processos organizacionais é recomendada para garantir a eficiência.
- Estão corretas
- (A) II e IV, somente.
(B) I, II, IV e V, somente.
(C) III e V, somente.
(D) I e IV, somente.
(E) II e V somente.
- 16** Sobre o Decreto nº 9.094/2017, que trata da simplificação no atendimento público prestado aos usuários do serviço público, dentre outros assuntos importantes aos servidores públicos e cidadãos, analise as afirmativas seguintes.
- O CPF é suficiente para substituir outros documentos do cidadão em processos administrativos.
 - É vedado exigir reconhecimento de firma em documentos apresentados por usuários.
 - A autenticação de documentos deve ser realizada pelo próprio órgão público, mediante comparação com o original.
 - A Carta de Serviços ao Usuário deve informar prazos e tempo de espera pelo atendimento dos serviços prestados.
 - A dispensa de autenticação se aplica somente a documentos emitidos por órgãos públicos federais.
- Estão corretas:
- (A) I, II e IV, somente.
(B) II, III e V, somente.
(C) I, IV e V, somente.
(D) III, IV e V, somente.
(E) I, II, III e IV, somente.
- 17** De acordo com o Decreto nº 9.991/2019, atualizado pelo Decreto nº 10.506/2020, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, considere as afirmativas seguintes.
- A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas aplica-se a todos os órgãos da administração pública direta e indireta.
 - O planejamento de desenvolvimento de pessoas deve ser anual e incluir licenças e afastamentos para capacitação.
 - As ações de desenvolvimento podem ser realizadas por meio de cursos presenciais ou a distância.
 - Licenças para capacitação podem ser concedidas pelo período de até três meses a cada cinco anos de efetivo exercício.
 - É obrigatório que os servidores realizem, no mínimo, um curso de capacitação por ano.
- Estão corretas
- (A) I e II, somente.
(B) II, III e V, somente.
(C) I, III e IV, somente.
(D) I, II, III e IV, somente.
(E) II, IV e V, somente.



- 18** A Lei nº 13.726/2018, que regula normativamente a racionalização de atos e procedimentos administrativos, instituindo o Selo de Desburocratização e Simplificação, é uma das leis que imprime inovação nos procedimentos administrativos do serviço público. Sobre o que determina esta lei, analise as afirmativas seguintes.
- É vedada a exigência de reconhecimento de firma em qualquer documento administrativo.
 - O Selo de Desburocratização pode ser concedido a órgãos públicos que demonstrem eficiência nos serviços prestados.
 - A dispensa de autenticação aplica-se apenas a documentos emitidos por entidades federais.
 - A criação de grupos de trabalho para sugerir medidas desburocratizantes é incentivada pela lei.
 - A lei permite que documentos em meio digital substituam os físicos em processos administrativos.
- Estão corretas
- (A) I, II, III e V, somente.
(B) II, IV e V, somente.
(C) I, II, IV e V, somente.
(D) I, III, IV e V, somente.
(E) II, III e IV, somente.
- 19** Observe a figura seguinte.

LGPD – Tratamento de Dados.



Disponível em: <https://cristianethiel.com.br/lgpd-protacao-de-dados/>.
Acesso em: 15 de jan.2025.

- A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece princípios para o tratamento de dados pessoais, conforme ilustra a figura acima. Sobre os direitos dos titulares previstos na LGPD, analise os itens a seguir.
- Direito à confirmação da existência de tratamento de dados pessoais.
 - Direito ao acesso aos dados pessoais tratados pela entidade responsável.
 - Direito à retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
 - Direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários.
 - Direito à portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de serviço ou produto, independentemente de consentimento pelo titular.
- Estão corretos
- (A) I, II, III e IV, somente.
(B) II, III e V, somente.
(C) I, II, IV e V, somente.
(D) III, IV e V, somente.
(E) I, III, IV e V, somente.



- 20** A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. São critérios, direitos e deveres, estabelecidos pela referida Lei, respectivamente,
- (A) formulação do pedido com fatos e fundamentos; temeridade; proibição de cobranças processuais.
 - (B) vista aos autos; urbanidade; boa-fé.
 - (C) exposição verídica dos fatos; garantia do direito à produção de provas; decoro.
 - (D) faculdade de fazer-se assistir por advogado; a vedação da promoção pessoal de agentes; lealdade de conduta.
 - (E) impulsão de ofício do processo administrativo; ser tratado com respeito pelas autoridades; prestar as informações que lhe forem solicitadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21** A unidade de registros acadêmicos de uma determinada Instituição Federal de Ensino Superior é responsável anualmente por um elevado número de registros de matrículas e diplomas de alunos. No entanto, a gestão da unidade percebeu que tem aumentado o número de reclamações sobre o atendimento dos servidores responsáveis por este serviço. Como a unidade precisa se aperfeiçoar para melhorar o atendimento e também observar o que disciplina o artigo 5º da Lei nº 13.460/2017, segundo o qual “o usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes”, foi necessário o seu gestor convocar reuniões para orientar sobre a temática. Para promover a reunião, a gestão da unidade precisa conhecer detalhadamente as diretrizes descritas no artigo 5º da Lei nº 13.460/2017. Em relação a essas diretrizes, analise os itens a seguir.
- I. Atendimento por ordem de agendamento virtual prioritariamente, mas ressalvada a ordem de chegada das prioridades legais, que são as pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo.
 - II. Aplicação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.
 - III. Aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.
 - IV. Autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.
- Estão corretos
- (A) I, II e III, somente.
 - (B) I, III e IV, somente.
 - (C) II e IV, somente.
 - (D) III e IV, somente.
 - (E) II e III, somente.
- 22** O Decreto nº 6.029/2007 institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Considerando o artigo 12 citado no trecho seguinte: “O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa, pela Comissão de Ética Pública ou Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º, conforme o caso, que notificará o investigado para manifestar-se, por escrito, no prazo de...”, o prazo para o investigado manifestar-se, por escrito, conforme trecho descrito no artigo 12, é de
- (A) dez dias.
 - (B) quinze dias.
 - (C) vinte dias.
 - (D) dezoito dias.
 - (E) trinta dias.



- 23** A Secretaria Acadêmica da Faculdade de uma Instituição Federal de Ensino Superior realiza diariamente o atendimento aos alunos, por meio de atividades de elaboração e envio de documentos, orientação e acesso aos sistemas de informação, autenticação de documentos, elaboração de respostas sobre o acesso à informação, entre outros serviços. Cabe à secretaria acadêmica, observar na realização de suas atividades as diretrizes da Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.527/2011. Considerando o artigo 4º da Lei nº 12.527/2011, correlacione a coluna A da esquerda com a coluna B da direita.

COLUNA A	COLUNA B
I) primariedade	A) qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
II) integridade	B) qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
III) disponibilidade	C) qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
IV) autenticidade	D) qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

A sequência correta é

- (A) I-D, II-A, III-B e IV-C.
(B) I-C, II-D, III-B e IV-A.
(C) I-C, II-B, III-A e IV-D.
(D) I-A, II-B, III-D e IV-C.
(E) I-C, II-A, III-D e IV-B.
- 24** A Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.527/2011, apresenta conceitos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Sendo assim, o conceito que trata do conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação é chamado de
- (A) tratamento da informação.
(B) tratamento de riscos.
(C) gestão de arquivos.
(D) gestão de protocolo.
(E) tratamento de processos.
- 25** O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação de uma Instituição Federal de Ensino Superior precisa atualizar as diretrizes sobre a governança digital da instituição. Para isso, é necessário observar o Decreto nº 12.198/2024, que institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sobre a Infraestrutura Nacional de Dados descrita no Decreto nº 12.198/2024, é correto afirmar que
- (A) constitui um conjunto de atividades administrativas ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo federal.
(B) constitui um conjunto de atividades de elaboração, avaliação e gerenciamento de potenciais equipamentos tecnológicos que possam ser utilizados pela organização, destinado a fornecer segurança alta quanto à realização dos objetivos dos órgãos e das entidades do Poder Executivo federal.
(C) constitui um conjunto de normas, políticas, arquiteturas, padrões, ferramentas tecnológicas e ativos de informação, com vistas a promover o uso estratégico dos dados em posse dos órgãos e das entidades do Poder Executivo federal.
(D) constitui um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços dos órgãos e das entidades do Poder Executivo federal.
(E) constitui um conjunto de atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos dos órgãos e das entidades do Poder Executivo federal.



26 A unidade de gestão estratégica de uma Instituição Federal de Ensino Superior precisa iniciar a elaboração do planejamento estratégico da instituição. Para isso, é essencial que haja uma preparação de toda a equipe técnica por meio da realização de estudos e levantamentos de normas e legislações. Uma das legislações a serem observadas pela unidade é a Política de Governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, instituída pelo Decreto nº 9.203/2017.

Considerando o artigo 2º do Decreto nº 9.203/2017, correlacione a coluna A da esquerda com a coluna B da direita.

COLUNA A	COLUNA B
I) valor público	A) processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.
II) gestão de riscos	B) Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente.
III) alta administração	C) conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
IV) governança pública	D) produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

A sequência correta é

- (A) I-D, II-A, III-B e IV-C.
- (B) I-B, II-D, III-C e IV-A.
- (C) I-C, II-D, III-A e IV-B.
- (D) I-D, II-A, III-C e IV-B.
- (E) I-A, II-B, III-C e IV-D.



- 27** A Política Nacional de Governo Aberto foi instituída pelo Decreto nº 10.160/2019 no âmbito do Poder Executivo Federal. Assim, no caso das Instituições Federais de Ensino Superior devem-se observar as diretrizes para a operacionalização da política por meio de planos de ação constituídos por iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas que ampliem a transparência, o acesso à informação, a melhoria na prestação de serviços públicos e o fortalecimento da integridade. Considerando a temática “os planos de ação nacionais sobre governo aberto”, que está previsto no Decreto nº 10.160/2019, analise os itens a seguir.
- I. Os planos de ação nacionais sobre governo aberto contemplarão iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas destinadas à prevenção e ao combate à corrupção.
 - II. Os planos de ação nacionais sobre governo aberto contemplarão, prioritariamente, a inclusão de iniciativas, de ações, de projetos, de programas e de políticas públicas inovadoras e terão duração de até quatro anos.
 - III. Os órgãos e as entidades da administração pública federal fornecerão as informações necessárias para a elaboração e a implementação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto, quando solicitadas e mediante justificativa pela Controladoria-Geral da União.
 - IV. A elaboração dos planos de ação nacionais sobre governo aberto preverá a realização de consultas públicas para a definição de temas que comporão o seu escopo.
- Estão corretos
- (A) I, II e III, somente.
 - (B) I, II e IV, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) I, III e IV, somente.
 - (E) III e IV, somente.
- 28** O Decreto nº 9.203/2017 instituiu a Política de Governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Desse modo, no caso das Instituições Federais de Ensino Superior a definição das estratégias de gestão deve observar esta legislação. São princípios da governança pública:
- (A) Capacidade de iniciativa; integridade; melhoria da comunicação; responsabilidade; gestão de riscos; gestão da informação; e gestão digital.
 - (B) Comunicabilidade; transparência; capacidade de gestão; gerenciamento de riscos; integridade; gestão da informação; e gestão digital.
 - (C) Transparência; responsabilidade; melhoria da gestão; capacidade de iniciativa; transferência regulatória; gestão de ativos; e gestão de processos.
 - (D) Capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.
 - (E) Integridade; melhoria da comunicação; responsabilidade; capacidade de iniciativa; gerenciamento de riscos; gestão de ativos; e transferência regulatória.
- 29** O Decreto nº 9.203/2017 instituiu a Política de Governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A respeito do artigo 17, analise o trecho a seguir: “A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios:”.
- O artigo 17 considera um princípio:
- (A) Vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
 - (B) Manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.
 - (C) Promoção da participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário.
 - (D) Promoção da adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.
 - (E) Estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício.



30 A Coordenadoria de Governança Pública de uma Instituição Federal de Ensino Superior recebeu um recém-nomeado servidor do cargo de Assistente em Administração para desenvolver atividades na coordenadoria. O gestor da coordenadoria ficou responsável pela elaboração do plano de trabalho do novo servidor. Sendo assim, ele separou algumas legislações essenciais para a rotina de trabalho. Uma das legislações é o Decreto nº 9.203/2017, que trata da Política de Governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Sobre o Decreto nº 9.203/2017 no artigo 4º, é importante destacar para o novo servidor as diretrizes da governança pública.

Analisar as afirmativas seguintes e assinalar V (Verdadeiro) ou F (Falso), caso sejam consideradas ou não diretrizes da governança pública.

- Editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente.
- Avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios.
- Definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais.
- Fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades.

A sequência correta é

- (A)** F, F, F, F
- (B)** V, F, F, V
- (C)** V, V, V, V
- (D)** F, F, V, V
- (E)** V, V, V, F

31 A Coordenadoria de Capacitação e Qualificação de uma Instituição Federal de Ensino Superior é responsável pela elaboração do plano de capacitação dos servidores da instituição. Para isso, a equipe de servidores responsáveis por esta atividade deve reunir e fazer a leitura em conjunto de um dos instrumentos legais que norteiam a capacitação dos servidores públicos federais que é o Decreto nº 9.991/2019. Um trecho da legislação lida pela equipe é: “*com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional*”.

Esse trecho se refere à

- (A)** Política Nacional de Qualificação de Pessoas.
- (B)** Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.
- (C)** Política Nacional de Capacitação e Treinamento de Pessoas.
- (D)** Política Nacional de Avaliação da Capacitação e Desempenho de Pessoas.
- (E)** Política Nacional de Capacitação e Qualificação de Pessoas.

32 A unidade de gestão de pessoas de uma Instituição Federal de Ensino Superior precisa constituir uma comissão técnica para discutir a reorganização da carreira dos servidores técnico-administrativos em educação. Para isso, o gestor da unidade decidiu fazer a análise de algumas legislações e normas técnicas para a comissão, sendo que uma legislação apresenta o seguinte conceito: “*conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições*”. O conceito apresentado é referente ao

- (A)** nível de capacitação.
- (B)** ambiente organizacional.
- (C)** incentivo à qualificação.
- (D)** padrão de vencimento.
- (E)** nível de classificação.



- 33** A unidade de gestão de desempenho e carreira de uma Universidade Federal de Ensino Superior é responsável pela análise dos processos de desenvolvimento na carreira dos servidores técnico-administrativos em educação. Na rotina de trabalho da unidade é comum receber pedidos de orientação dos servidores a respeito da carreira. Um dos pedidos de orientação trata da seguinte temática: o desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos em educação na carreira é previsto na Lei nº 11.091/2005, e realiza-se, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, a
- (A) Progressão por Titulação e Progressão por Desempenho.
 - (B) Progressão por Desenvolvimento e Progressão por Titulação.
 - (C) Progressão por Mérito Administrativo e Progressão por Desempenho.
 - (D) Progressão por Mérito Administrativo e Progressão por Padrão de Vencimento.
 - (E) Progressão por Capacitação Profissional e Progressão por Mérito Profissional.
- 34** A unidade de gestão de pessoas de uma Universidade Federal de Ensino Superior precisa elaborar um documento que definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas. O referido documento é denominado
- (A) portaria de exoneração.
 - (B) edital.
 - (C) minuta de homologação.
 - (D) portaria de nomeação.
 - (E) convocação.
- 35** A Lei nº 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Sobre o artigo 5º que trata dos requisitos básicos para investidura em cargo público, analise os itens a seguir.
- I. Ter nacionalidade brasileira.
 - II. Ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 - III. Ter a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
 - IV. Ter a idade mínima de vinte e um anos.
- Estão corretos
- (A) II, III e IV, somente.
 - (B) II, I e IV, somente.
 - (C) I e IV, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III, somente.
- 36** A unidade de gestão de pessoas de uma Instituição Federal de Ensino Superior precisa analisar as legislações e normas técnicas de gestão de pessoas. Uma das legislações apresenta o seguinte conceito: “conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade”. O conceito apresentado é referente ao
- (A) nível de capacitação.
 - (B) ambiente organizacional.
 - (C) plano de capacitação.
 - (D) plano de carreira.
 - (E) padrão de vencimento.



- 37** A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Um dos conceitos apresentados nesta legislação é: *“área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal”*. Esse conceito se refere à(ao)
- (A) desenvolvimento.
 - (B) capacitação.
 - (C) ambiente organizacional.
 - (D) saúde.
 - (E) qualidade de vida.
- 38** Nas atividades desempenhadas pelos Assistentes em Administração da área de Compras e Serviços de uma Instituição Federal de Ensino Superior, observa-se a Lei nº 14.133/2021. Para a referida legislação, a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, é denominada de
- (A) contratante.
 - (B) agente público.
 - (C) licitante.
 - (D) pregoeiro.
 - (E) contratado.
- 39** No regimento do setor de Compras e Serviços de uma Instituição Federal de Ensino Superior, constam como atividades as relacionadas à observância da lei de licitações e contratos administrativos. Desse modo, a base legal e técnica dos procedimentos administrativos utilizada deve conter a Lei nº 14.133/2021. Para a Lei nº 14.133/2021, o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação é chamado de
- (A) estudo de avaliação técnica.
 - (B) estudo técnico preliminar.
 - (C) estudo de viabilidade de engenharia.
 - (D) estudo de especialização técnica.
 - (E) estudo técnico de diagnóstico.
- 40** A Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Desse modo, a unidade responsável pela gestão das compras e serviços de uma Instituição Federal de Ensino Superior deve observar esta legislação para a realização das suas atividades. Assim, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução é denominado de
- (A) projeto básico.
 - (B) projeto de contratação.
 - (C) projeto preliminar.
 - (D) projeto de serviço.
 - (E) projeto especializado.



- 41** Para o gerenciamento da área de compras e serviços de uma Instituição Federal de Ensino Superior, é necessário observar a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Assim, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas refere-se à(ao)
- (A) sistema de credenciamento.
 - (B) projeto executivo.
 - (C) ata de registro de preços.
 - (D) matriz de preços.
 - (E) projeto técnico.
- 42** A Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Desse modo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras é chamado de
- (A) sistema de registro de preços.
 - (B) sistema de almoxarifado virtual.
 - (C) sistema de administração de serviços.
 - (D) sistema de administração patrimonial.
 - (E) sistema nacional de compras.
- 43** A classificação de recursos materiais na Administração pode ser feita segundo os mais diversos critérios e envolve algumas etapas ou princípios, como a atribuição de uma série de números e/ou letras a cada item de material, de forma que essa informação, compilada em um único código, represente as características do item. A etapa ou princípio apresentado é a(o)
- (A) padronização.
 - (B) tombamento.
 - (C) codificação.
 - (D) desfazimento.
 - (E) normalização.
- 44** A Lei complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. O artigo 18 da Lei complementar nº 101/2000: *“o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência”* refere-se à(às)
- (A) despesa total com pessoal.
 - (B) despesas de capital.
 - (C) receitas de capital.
 - (D) despesas fiscais.
 - (E) despesas orçamentárias.
- 45** A Lei complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. O artigo 25 da Lei complementar nº 101/2000: *“(..) a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.”* é referente à(ao)
- (A) transferência voluntária.
 - (B) receita pública.
 - (C) despesa pública.
 - (D) suprimimento de fundos.
 - (E) nota de empenho.



46 O processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco. Envolve identificação, avaliação e resposta aos riscos, devendo ser um processo permanente, é denominado

- (A) matriz de risco.
- (B) tratamento da integridade.
- (C) gestão estratégica.
- (D) avaliação de risco.
- (E) gestão de desempenho.

47 A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016 dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. A respeito do artigo 18 da Instrução Normativa que trata das tipologias de riscos que deverão ser considerados pelos órgãos e entidades ao realizarem o mapeamento e avaliação dos riscos, correlacione a coluna A da esquerda com a coluna B da direita.

COLUNA A	COLUNA B
I) riscos financeiros/ orçamentários	A) eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade.
II) riscos de imagem/reputação do órgão	B) eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.
III) riscos legais	C) eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional.
IV) riscos operacionais	D) eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

A sequência correta é

- (A) I-A, II-B, III-C e IV-D.
- (B) I-C, II-D, III-B e IV-A.
- (C) I-C, II-B, III-A e IV-D.
- (D) I-B, II-D, III-A e IV-C.
- (E) I-D, II-C, III-A e IV-B.

48 O artigo 16 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016 orienta que, na implementação e atualização do modelo de gestão de riscos, a alta administração, bem como seus servidores ou funcionários, deverão observar determinados componentes da estrutura de gestão de riscos. O trecho a seguir trata de um desses componentes: *“tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos”*. O trecho citado é considerado como

- (A) identificação de riscos.
- (B) controle externo.
- (C) controle interno.
- (D) monitoramento.
- (E) mitigação de riscos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
EDITAL Nº 16, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO



- 49** A unidade administrativa de uma Instituição Federal de Ensino Superior tem o desafio de promover a elaboração de *um processo de formulação e execução de estratégias organizacionais para buscar a inserção da organização e de sua missão no ambiente onde ela atua*. Esse desafio está relacionado ao
- (A) plano de gestão de riscos.
 - (B) plano de gestão de processos.
 - (C) planejamento do inventário.
 - (D) planejamento estratégico.
 - (E) plano de capacitação.
- 50** A Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação de uma Universidade Federal de Ensino precisa realizar a seguinte atividade: um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma sequência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim, que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzido por pessoas dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade. Essa atividade é denominada
- (A) mapeamento de processos.
 - (B) avaliação de riscos.
 - (C) planejamento operacional.
 - (D) matriz de riscos.
 - (E) projeto.